



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

DESEMPENHO DOS CURSOS DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS NO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO (ENADE) EM 2006, 2009 E 2012

Alexandre Mendes Nicolini

Unigranrio

alexandrenicolini@hotmail.com

Rui Otávio Bernardes de Andrade

Unigranrio

ruiotavio@unigranrio.com.br

Adriana Amadeu Garcia Torres

Unigranrio

adriana.amadeu.garcia@gmail.com

Patricia Asunción Loaiza Calderón

Unigranrio

patricialc@hotmail.com

Resumo

O Brasil busca há quase duas décadas aperfeiçoar políticas públicas e instrumentos de avaliação capazes de medir o desempenho das Instituições de Ensino Superior. Mais do que criar *rankings* e polemizar os critérios e metodologias utilizados, o presente artigo objetiva verificar a performance dos cursos de bacharelado em Administração que vem sendo ofertados por Universidades, Centros Universitários ou Faculdades, públicas e privadas, tendo como parâmetro os resultados obtidos pelos estudantes nas três edições da prova (Enade): 2006, 2009 e 2012. As conclusões demonstram aumento de qualidade na história recente deste ensino, especialmente em Centros Universitários e Universidades. Aliás, no setor público, estes tipos de organizações se apresentam como as melhores opções para o estudante, enquanto que nas Faculdades públicas constatou-se baixa qualidade no curso ofertado e, por isso, necessidade de maior atenção. Em relação ao setor privado, as melhoras de seu desempenho são significativas e em todos os tipos de organizações.

Palavras-chave: Educação. Universidade. Administração. Avaliação.

1 Introdução

No Brasil, a preocupação em avaliar de maneira uniforme os egressos das Instituições de Ensino Superior (IES) alcança quase duas décadas. A quantidade de indicadores criados e instrumentos utilizados neste processo foram e ainda são aprimorados a cada edição, de modo que seja possível executar as políticas públicas alinhadas com a preocupação da formação de qualidade.

Todavia, questionamentos quanto aos instrumentos de mensuração, como o Provão e o Enade, somados à construção de *rankings* informais de desempenho pela imprensa, suscitaram polêmicas que acabaram por desviar a atenção do foco: avaliar a qualidade do ensino superior que está sendo ofertado. O presente artigo retoma o foco da proposta original dos sistemas de avaliação, que é mensurar a qualidade dos cursos diante das várias facetas de um sistema composto por mais de 2.000 IES, tendo como base os resultados das três edições do Enade (2006, 2009 e 2012) referentes ao maior curso superior oferecido no país, o curso de bacharelado em Administração.

Assim, o objetivo geral deste artigo é verificar a performance dos cursos de bacharelado em Administração que vem sendo ofertados por Universidades, Centros Universitários ou Faculdades, públicas e privadas, tendo como parâmetro os resultados obtidos pelos estudantes nas três edições da prova (Enade): 2006, 2009 e 2012. E os objetivos específicos são: levantar os dados referentes às provas do Enade de 2006, 2009 e 2012 do curso de bacharelado em Administração, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); Comparar as notas obtidas pelos estudantes segundo a dependência administrativa da IES (pública e privada) e pelo tipo de organização (Universidade, Centro Universitário e Faculdade); e analisar a evolução do desempenho pelo tipo de organização e dependência administrativa.

2 Fundamentação teórica

A história do Exame Nacional de Desempenho dos Cursos de graduação tem seu início com a instituição da Comissão Especial da Avaliação do Ensino Superior (CEA), “com a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação do ensino superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados” (SESU, 2003). Era o primeiro esforço para reformular o Exame Nacional de Cursos, proposto pelo governo Fernando Henrique Cardoso e que havia sido aplicado de 1996 a 2003.

A CEA partiu do princípio de que a educação é um direito e um bem público, sendo indissociáveis os processos avaliativos e o papel regulatório do Estado de fomentar e supervisionar o sistema de ensino superior, balizados pela qualidade, relevância social e autonomia. Só assim, garantia a comissão, seria assegurada a missão da educação superior de formar cidadãos, profissional e cientificamente competentes e, ao mesmo tempo, comprometidos com o projeto social do país.

Tais valores são consoantes com as palavras de Marinho-Araújo (2004, p.78), que entende ser necessário apreender, acompanhar, investigar e avaliar, no contexto da educação

superior “a melhor forma de (...) tornar-se cidadão – ético, político e, ainda, profissional competente”. Mas, sob o alerta de Sobrinho (2002), que entende que o processo não pode se resumir à quantificação do que foi aprendido, à medição da eficiência e produtividade ou à composição de um *ranking*. O foco da avaliação é acompanhar as relações socioeducativas que se constroem durante a formação dos estudantes e garantir o alto nível científico e social da formação superior destes futuros profissionais.

No documento resultante do trabalho da CEA, intitulado *SINAES: Bases para uma Nova proposta da Educação Superior*, a comissão formada por professores, estudantes e representantes do MEC propôs a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que viria a ser instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Entre suas finalidades, destaca-se “a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta [e] o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social” (BRASIL, 2004).

De forma mais abrangente, o SINAES se propôs a analisar as instituições, os cursos superiores e o desempenho dos estudantes, por intermédio das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas em cada instituição de ensino superior. Para tanto, utiliza-se da Avaliação Institucional (AI), da Avaliação das Condições de Ensino (ACE), do Censo da Educação Superior, do Cadastro da Educação Superior e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Busca-se, assim, a consideração de todos os dados de forma integrada, de modo a constituir “mecanismos que garantam a exequibilidade do desenvolvimento do sistema e criem um novo fluxo para a avaliação superior no país” (MARINHO-ARAÚJO, 2004, p.82).

Entretanto, a aprendizagem dos estudantes continua tendo um papel muito importante para a avaliação. E o Enade lançou como objetivo principal aferir a aprendizagem dos estudantes nos conteúdos programáticos compreendidos nas diretrizes curriculares do seu curso de graduação, nas habilidades que deveriam ter sido desenvolvidas para fazer face aos problemas esperados pelos futuros profissionais e nas competências para perceber e compreender temas que são conexos ao seu âmbito profissional, ligados à realidade brasileira e mundial (BRASIL, 2004, p. 3). A saber:

- a) Domínio das correntes teóricas e das linhas de pensamento da área de Administração;
- b) Pensamento estratégico, reconhecimento e definição de problemas, atuação preventiva, equacionamento de soluções, introdução de mudanças, transferência e generalização de conhecimentos e exercício, em diferentes graus de complexidade, do processo da tomada de decisão;
- c) Expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- d) Reflexão crítica e atuação seletiva na esfera das operações das organizações;
- e) Raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores, metodologias e formulações quali-quantitativas, presentes nas relações formais e causais de fenômenos administrativos, expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- f) Iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

- g) Interpretação e transferência de conhecimentos da experiência cotidiana para o ambiente de trabalho e para o campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais;
- h) Elaboração, implementação e consolidação de projetos em organizações;
- i) Consultoria em gestão e administração, elaboração de pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicas e operacionais.

Não se registrava, assim, nenhuma mudança significativa entre as habilidades e competências que o Provão e o Enade esperavam produzir no estudante ao final do curso de Administração. Ficaram mantidas, desde a primeira portaria que instituiu o instrumento avaliativo, tanto a confusão conceitual entre habilidades e competências como a proporção entre conhecimentos, habilidades e atitudes que, pelo marco teórico vigente, formam o conceito de competência.

As poucas diferenças entre o Enade e o Provão foram evidenciadas por Verhine *et al* (2006): mudou-se a frequência do exame, ampliada para três anos ou invés de anual; foram incluídos entre os examinados os estudantes ingressantes, aqueles que ainda estivessem cursando o primeiro ano do curso; e introduziu-se o cálculo do Indicador de Diferença dentre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), que visava a mensurar a aprendizagem conseguida durante o curso em contraste com as expectativas de performance dos estudantes, em face das suas condições socioeconômicas e experiências acadêmicas anteriores.

O IDD veio trazer uma visão mais completa da avaliação do aprendizado dos estudantes, ao mesmo tempo em que respondia a algumas críticas ao Provão: a primeira, uma queixa das IES privadas da situação de desequilíbrio na avaliação se comparados às IES públicas, especialmente com as Universidades federais, por estas últimas selecionarem os candidatos mais preparados (BITTENCOURT *et al.*, 2008). Ao considerar os conhecimentos prévios de cada estudante, o IDD estabeleceria uma medida mais justa de checagem do “valor agregado” entre instituições teoricamente comparáveis. A segunda, ao deslocar a nota do Enade da centralidade do processo avaliativo e, consequentemente, tornar sem sentido *rankings* e classificações anuais, se evitaria a ênfase da concorrência institucional, possibilitando a cooperação, inclusive entre instituições particulares (ROTHEN; NASCIUTTI, 2011).

Consoante os novos objetivos, mudou-se a forma de avaliar. A prova de 2009 foi composta de 40 questões: dez de Formação Geral (FG), sendo duas discursivas, e trinta denominadas como Componente Específico (CE) de cada curso a ser avaliado, sendo cinco discursivas. O cálculo da nota foi transformado num composto das notas em FG e CE de ingressantes e concluintes, caracterizando a aproximação do ENADE com o conceito de avaliação diagnóstica. Verhine, Dantas e Soares (2006) argumentam que o exame se propõe a englobar várias dimensões em seu teste [...] e dar um peso maior às competências profissionais e à formação geral, com ênfase nos temas transversais.

Outra avaliação daqueles autores se provou bem acertada: a premissa de que as instituições e cursos utilizariam seus resultados como ingrediente em um processo avaliativo institucional mais abrangente. Assim, o INEP instituiu o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC, BRASIL, 2008a) e do Índice Geral dos Cursos (IGC, BRASIL, 2008b), baseado nos dados produzidos pelo ENADE em conjunto com as outras dimensões avaliativas

previstas pelo SINAES, como a Infraestrutura, o Corpo Docente e a Organização Didático-Pedagógica.

A partir de 2012, entretanto, a orientação do INEP mudou: a nota dos ingressantes não seria mais dada pelo desempenho destes estudantes na mesma prova pelo qual passavam os concluintes; ela seria substituída pela nota que os ingressantes tiveram ao fazerem o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Esta mudança, no entanto, não se concretizou até o fechamento deste artigo: embora a nota do Enade tenha sido divulgada, nada foi divulgado sobre o IDD.

3 Metodologia

Esta pesquisa é descritiva, pois busca retratar a história do desempenho acadêmico das Universidades, Centros Universitários e Faculdades, públicas e privadas, considerando os resultados do curso de bacharelado em Administração no Enade. Para tanto, foram considerados os três anos em que o curso participou da prova Enade, são eles: 2006, 2009 e 2012; e explicativa, ao passo que busca elucidar os fatores que influenciam tais resultados.

Quanto aos meios, trata-se de um estudo bibliográfico e telematizado. Assim, além das publicações acerca do tema, o presente trabalho conta com os dados disponibilizados pelo INEP em seu *site* referentes as três edições do Enade (2006, 2009 e 2012), visto que, este instrumento de avaliação é o único oficial que avalia os resultados do processo de ensino-aprendizagem e tem um peso significativo no desempenho das IES.

Vale ressaltar que os três tipos de organização consideradas na presente pesquisa se distinguem quanto ao grau de autonomia. Assim, o credenciamento das IES é originalmente como Faculdades e após apresentar padrão satisfatório de desempenho é possível galgar o credenciamento como Universidade, onde há a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Por fim, os Centros Universitários são as IES que abrangem uma ou mais áreas do conhecimento e que possuem autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior. (BRASIL, 2006).

Das 40 variáveis apresentadas pelo INEP, foram consideradas cinco, conforme Quadro 1. Desta forma, o tratamento dos dados possibilitou uma visão macro do cenário estudado distinguindo e relacionando tipos de organizações, dependência administrativa e conceito Enade sempre estabelecendo uma comparação histórica.

Quadro 1.

Variáveis e observações analisadas pelo artigo

Variável	Classificações
Ano do Enade	2006, 2009 e 2012
Organização	Universidade, Centro Universitário ou Faculdade
Dependência Administrativa	Pública ou Privada
Área	Administração
Conceito Enade Faixa	Sem Conceito (SC), 1, 2, 3, 4 ou 5

Para fins de análise, os resultados foram trabalhados, num primeiro momento, de forma macro, com o quantitativo de cadastros de IES que participaram do Enade e a participação de

cada tipo de organização neste cenário. Em seguida, passou-se a analisar os resultados na prova, começando com uma visão global das IES, passando a divisão por dependência administrativa para em seguida incluir no detalhamento o tipo de organização, de modo que fosse possível analisar o impacto de cada variável no resultado apresentado.

4 Resultados da pesquisa

Na Tabela 1, nota-se que o número de Centros Universitários cresceu de forma constante no período analisado, de modo que seis cadastros de IES foram incluídas a esta categoria a cada triênio. O número de Faculdades e Universidades, entretanto, caiu no último triênio após ter crescido no anterior. Acredita-se que o aumento substancial na quantidade de IES que ofertavam o curso num primeiro momento foi reduzido na seqüência graças ao processo de fusões e aquisições no segmento do ensino superior pelo qual passa recentemente o país.

Tabela 1.

Quantidade de cadastros de IES no Enade 2006, 2009 e 2012

Instituições de Ensino Superior (IES)	Número de cadastros		
	Enade 2006	Enade 2009	Enade 2012
Faculdades	925	1.053	1.010
Universidades	394	466	402
Centros Universitários	129	135	142
Total	1.448	1.654	1.554

Fonte: INEP

Entretanto, a concentração da oferta não alterou significativamente o panorama da oferta de cursos de administração, conforme mostra a Figura 1:

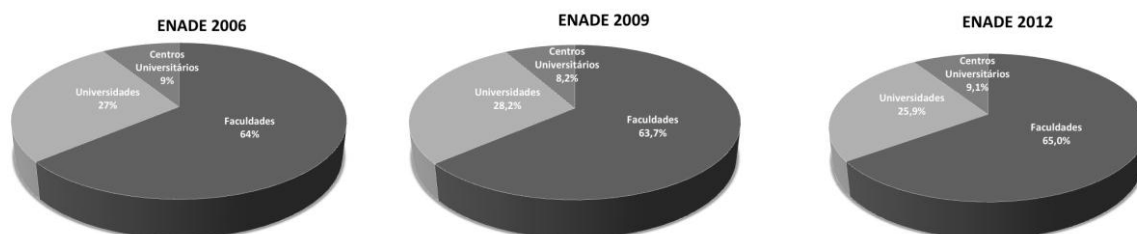


Figura 1. Frequência relativa por tipo de Instituição de Ensino Superior (IES) em cada Enade

Os resultados do Enade mostram, na Figura 2, a diminuição de 23% para menos de 1% de representatividade dos cadastros de IES Sem Conceito, o que demonstra que após dois triênios já é possível mensurar o desempenho de 99% dos cursos ofertados. Em outras palavras, hoje quase que a totalidade dos cursos de bacharelado em administração possuem parâmetros consistentes, possibilitando avaliações e/ou comparações.

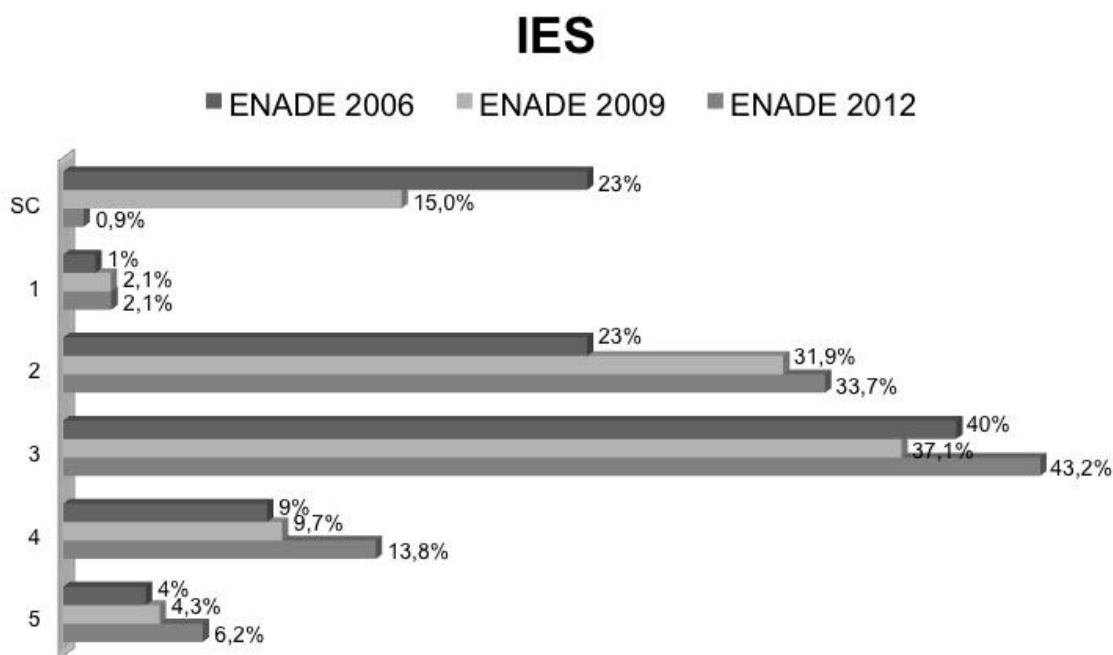


Figura 2. Dispersão geral dos resultados por cadastro de IES

Com o universo praticamente completo, vale destacar o aumento no quantitativo dos conceitos 1 e 2, que representam desempenho aquém do referencial mínimo de qualidade estipulado pelo INEP (nota 3): foram 363 em 2006, 565 em 2009 e 557 em 2012. Portanto, o quantitativo de cursos oferecidos que não são capazes de desenvolver de forma satisfatória as habilidades básicas exigidas para este profissional no Brasil cresceu de forma significativa.

Todavia, analisar os cadastros de IES de forma conjunta tende a trazer uma visão distorcida do cenário. Ao distinguir os resultados por dependência administrativa (Figura 3), nota-se que a representatividade de IES com desempenho aquém do satisfatório aumentou em ambos os setores, público e privado; no caso público, especificamente, os conceitos baixos quase que dobraram, passando de 7% para 11,2% das IES em apenas 6 anos.

Ainda assim, a concentração dos melhores resultados nas IES públicas (48,3%, sendo 31% com conceito 4 e 17,3% com conceito 5), além de evidente, apresenta aumento significativo nos conceitos 3 e 4. O resultado do setor público é muito superior ao do setor privado, onde em 2012 apenas 15,9% se encontram nos melhores níveis (conceitos 4 e 5), mas 39,2% apresentaram desempenho aquém do satisfatório.

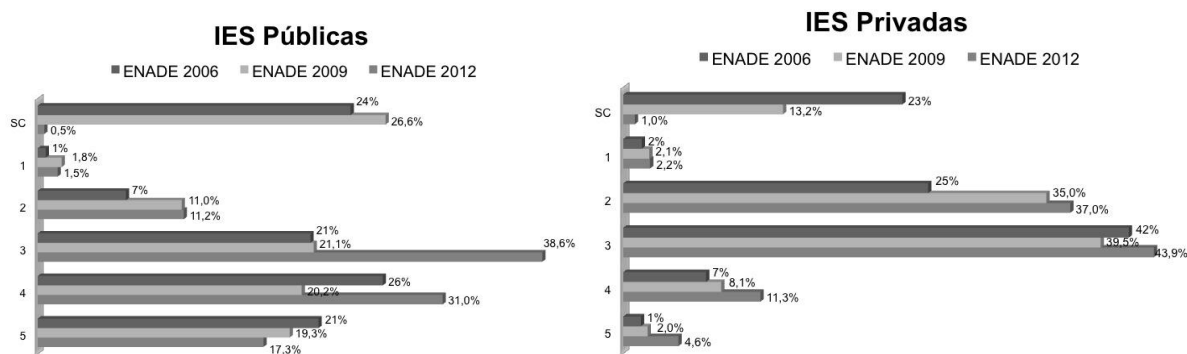


Figura 3. Resultados na área pública e privada por cadastros de IES

Buscando compreender melhor o cenário estudado, além da dependência administrativa, foram considerados os tipos de organizações. Primeiramente, com relação às Faculdades, os resultados do setor público, onde não se tem mais nenhum cadastro sem conceito, contrariam o que se poderia imaginar com as análises anteriores (Figura 4). Se, por um lado, os níveis de excelência aumentaram sua participação de 6% para 21,5% em 6 anos, por outro, a redução substancial de cadastros de IES no conceito 3 (considerado satisfatório), seguido do aumento da representatividade dos conceitos 1 e 2, que não atendem ao padrão mínimo de qualidade exigido para este curso no Brasil, corrobora as análises já feitas anteriormente por Nicolini, Andrade e Torres (2013).

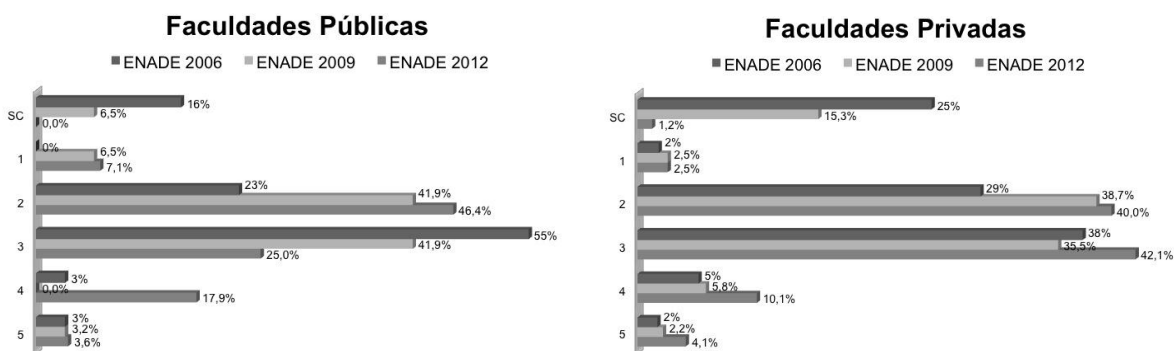


Figura 4. Resultados das Faculdades na área pública e privada por cadastros de IES

No caso das Faculdades privadas, o resultado apresenta uma melhora consistente e significativa. Aliás, os conceitos aquém do satisfatório, apesar de ter ampliado sua participação em 10,2 pontos percentuais no primeiro triênio (de 31% para 41,2%), no segundo triênio não confirmaram a tendência de alta, estancando em 42,5%. Em contrapartida, os bons exemplos se ampliaram, merecendo destaque os níveis mais elevados, pois os conceitos 4 e 5 dobraram suas participações.

Em relação às Universidades, ao analisar a Figura 5, a qualidade do curso ofertado pelo setor público fica evidente. No entanto, a trajetória percorrida, especificamente, pelos níveis de excelência (conceitos 4 e 5), demonstra situações distintas: ambas apresentaram inicialmente quedas nas participações no primeiro triênio; já no segundo, o conceito 4 consegue uma recuperação, enquanto que o 5 permanece em declínio.

No caso das Universidades privadas, onde todas foram parametrizadas, a melhora constante na qualidade do curso ofertado é notável. Os níveis de excelência apresentaram aumento de participação, especialmente do conceito 5, onde em 2006 se tinha apenas 1%, seguida de 1,7% em 2009, para, então, obter um salto em 2012, onde passou a se referir a 7,4% dos cadastros das IES.

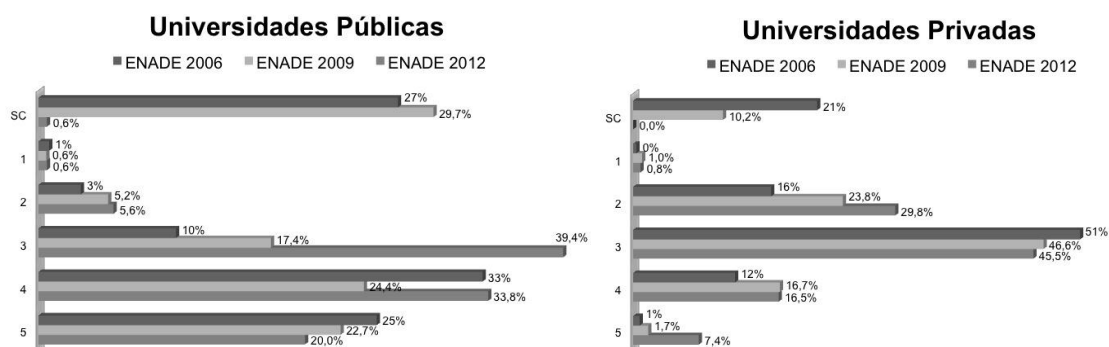


Figura 5. Resultados por Universidades na área pública e privada por cadastros de IES
Fonte: INEP

Por fim, em relação aos Centros Universitários, foi incluída a Tabela 2 com sua frequência absoluta em função da amostra reduzida no setor público. Desta forma, pode-se notar que o aumento do número de cadastros de Centros Universitários públicos necessitou de um tempo para sua maturação, de modo que o curso ofertado atendessem aos padrões mínimos exigidos.

Tabela 2.

Quantidade de cadastros de Centros Universitários públicos e privados no Enade 2006, 2009 e 2012

Conceito Enade Faixa	Número de cadastros					
	Enade 2006		Enade 2009		Enade 2012	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Sem Conceito (SC)	0	12	1	5	0	1
1	0	1	1	2	0	3
2	0	25	1	40	0	37
3	3	74	3	70	6	73
4	0	12	0	9	2	15
5	0	2	1	2	1	4
Total	3	126	7	128	9	133

Fonte: INEP

Os Centros Universitários privados tem níveis satisfatórios de qualidade; mas, apresentam instabilidade em sua trajetória. Os conceitos 1 e 2 por exemplo, que estão aquém do desejável, representavam 21% dos cadastros em 2006, passando a tratar 32,9% dos casos em 2009, e 30,1% em 2012. Por outro lado, os bons resultados também trazem declínios de representação no primeiro triênio, mas conseguem reverter este resultado no triênio seguinte, mesmo não tendo um salto na qualidade, o que demonstra uma melhora gradativa que deve ser considerada.

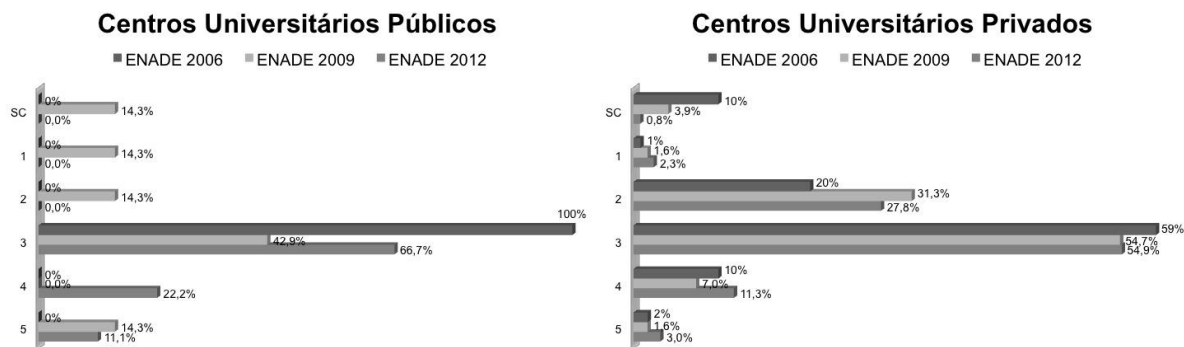


Figura 6. Resultados por Centros Universitários na área pública e privada por cadastros de IES

5 Conclusões

Em quase duas décadas, o processo de avaliação de desempenho das Instituições de Ensino Superior passou por transformações substanciais que vem provocando mudanças positivas no processo de ensino-aprendizagem. Foram criadas metodologias, critérios e indicadores que hoje proporcionam uma visão mais apurada deste cenário.

Ainda assim, o progresso ocorre de forma lenta. A forma como as IES enxergam a avaliação, muitas vezes, reduz o seu propósito a uma posição vantajosa em um *ranking*, ao invés de buscar elaborar um *feedback* com a massa de microdados publicados pelo INEP. O número restrito de pesquisadores envolvidos na análise e explicação dos resultados do Enade também colabora para que a sociedade se aproprie vagarosamente da riqueza do processo avaliativo, o que acaba por restringir seu impacto.

O que se pode ver nestas três edições do Enade é a crescente concentração na oferta de cursos de bacharelado em Administração, fruto do processo de consolidação deste segmento produtivo, além de aumento na performance dos cursos que são ofertados. Vale destacar que tal análise hoje pode ser realizada com maior precisão do que em 2006 e 2009, na medida em que menos de 1% dos cadastros de IES se apresentaram como Sem Conceito em 2012.

No que tange à dependência administrativa, as IES públicas se mantêm de forma geral com maior representação nos bons resultados do que as privadas. Contudo, vale registrar a redução da representação do setor público no nível máximo de excelência, o conceito 5, e o aumento consistente das IES privadas que caminham nesta direção.

Em relação ao tipo de organização, as Faculdades públicas apresentam resultados que, além de derrubar o mito de que todo ensino superior público é obrigatoriamente de qualidade, tem apresentado perda gradativa de qualidade nos cursos que são ofertados. Enquanto isso, as Faculdades privadas aumentam de forma significativa a qualidade do que é ofertado, sem no entanto deixar de apresentar baixo desempenho em número significativo de cursos.

Em contrapartida, no caso das Universidades públicas o alto padrão de qualidade se mantém, apesar do conceito mais alto estar progressivamente diminuindo sua presença. Pode-se creditar grande parte deste sucesso às novas Universidades públicas ou aos

novos *campi* das já existentes, que começam a formar seus estudantes com bons resultados. Já as Universidades privadas não só aumentaram a qualidade de seus cursos, como também conquistaram uma maior representação nos conceitos mais altos (4 e 5), o que pode significar o surgimento de uma pequena elite no futuro, a ser confirmada (ou não) em 2015.

Por fim, no que tange aos Centros Universitários, somente os públicos conseguiram 100% de bons resultados. O setor privado conseguiu diminuir sua representação nos níveis aquém do desejável, mas ainda não os extinguiram.

Assim, em se tratando de cursos de bacharelado em Administração de forma geral, os Centros Universitários e Universidades públicas se apresentam como as melhores opções para o estudante, enquanto as Faculdades públicas precisam receber urgentemente maior atenção. É digno de nota, entretanto, que o setor privado apresenta melhoras significativas de desempenho em todos os tipos de organização.

Referências bibliográficas

- BITTENCOURT, H. R.; VIALI, L.; CASARTELLI, A. de O.; RODRIGUES, A. de O. Uma análise da relação entre os conceitos Enade e IDD. *Estudos em Avaliação Educacional*. São Paulo, v.19, n.40, p.247-262, 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. *Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996*. Brasília, D.O., 1996.
- _____. *Decreto n. 5.773/06*. Brasília, D.O., 2006.
- _____. *Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004*. Brasília, D.O., 2004.
- _____. *Portaria Normativa 4, de 5 de agosto de 2008*. Brasília, D.O., 2008.
- _____. *Portaria Normativa 12, de 5 de setembro de 2008*. Brasília, D.O., 2008.
- CEEAD – Comissão de especialistas de ensino de administração da SESu/MEC. *Biblioteca básica para os cursos de graduação em administração*. Florianópolis: UDESC, 1997.
- INEP. *Censo da Educação Superior*. 2009. Microdados para download. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso em: 25 out. 2011.
- MARINHO-ARAÚJO, C. M. O desenvolvimento de competências no Enade: a mediação da avaliação nos processos de desenvolvimento psicológico e profissional. *Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, v.9, n.4, 2004.
- NICOLINI, Alexandre Mendes; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TORRES, Adriana Amadeu Garcia. *Comparando os Resultados do ENADE 2009 por número de Instituições e número de estudantes: como anda o desempenho acadêmico dos cursos de Administração?* Administração: ensino e pesquisa. Rio de Janeiro. v. 14. n. 1. p. 161-196. Jan/fev/mar 2013.
- ROTHEN, J. C.; NASCIUTTI, F. A educação superior em prova: o perfil da educação superior apresentado pelos resultados do Enade 2005 e 2006. *Revista Diálogos Educacionais*, v.11, n.32, 2011.
- SESU – Secretaria de Educação Superior. *Portaria nº 11, de 28 de abril de 2003*. Brasília, D.O., 2003.
- SINAES. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): Bases para uma Nova proposta da Educação Superior*. ago. 2003. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/comissoes/avaliacao/sinaes.pdf>>. Acesso em: 20/03/2012.

- SOBRINHO, J.D. Educação e avaliação: técnica e ética. In: SOBRINHO, J.D.; RISTOFF, D.I. (Org.). *Avaliação Democrática para uma Universidade Cidadã*. Avaliação Democrática para uma Universidade Cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.
- VERGARA, S.C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- VERHINE, R.E.; DANTAS, L.M.V.; SOARES, J.F. Do Provão ao ENADE: Uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v.14, n.52, p. 291-310, 2006.